



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CMMPV 1221/2024
(à MPV 1221/2024)

Acrescente-se na Medida Provisória, onde couber, o seguinte artigo:

“Art - O art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92.....

.....

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento, **que, conjuntamente, não poderão superar 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela e/ou execução do serviço;**

.....’(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda estipula prazo de 45 dias para que a Administração Pública cumpra as obrigações de liquidação e pagamento previstas nos contratos, instituindo importante salvaguarda para os contratados e incentivando a participação de empresas comprometidas com a eficiência e a qualidade da execução do objeto licitado.

A proposta é consonante com a Lei 8.666/1993, que no art. 40, inciso XIV, ‘a’, já definia prazo de pagamento:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de



execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Assim, a estipulação de prazo de pagamento, contado a partir do adimplemento da parcela, não apenas é algo usual entre contratantes, como foi consolidado no setor público pela Lei 8.666/1993.

A alteração proposta se justifica pelo fato de garantir, tanto aos contratados, quanto à administração, a segurança jurídica necessária para a efetivação dos pagamentos em prazo que não onere excessivamente a transação e permita que o poder público possa contratar sem custos excessivos frente ao mercado particular.

Sem que a Nova Lei de Licitações traga parâmetros claros e bem definidos de prazo para pagamentos, o resultado mais provável é o aumento da onerosidade das contratações públicas e, conseqüentemente, o aumento dos custos impostos à sociedade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos pares para aprovação da emenda.

Sala da comissão, 23 de maio de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

